

DISCURSO PRONUNCIADO NA ABERTURA DO III CURSO BRASILEIRO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS, NO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2014, EM FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL

.....

César Barros Leal

Procurador do Estado do Ceará; Presidente do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos;
Doutor em Direito pela UNAM; Pós-doutor em Estudos Latino-americanos pela UNAM; Pós-doutor em Direito pela UFSC.

Senhoras e senhores

Boa noite a todos e todas que nos escutam nesta noite especial, em que abrimos solenemente o III Curso Brasileiro Interdisciplinar em Direitos Humanos. Rendemos tributo a Deus que nos permitiu superar obstáculos aparentemente intransponíveis, e estarmos, aqui e agora, exaltando, com a veemência nascida do ventre de uma genuína emoção, este que é o mais exuberante de todos os cursos promovidos em nosso país em sede de direitos humanos. Meu agradecimento às numerosas instituições e empresas que nos deram apoio. Minha saudação aos ilustres integrantes da mesa, na pessoa do Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade, Juiz da Corte Internacional de Justiça; do Dr. Joseph Thompson, Diretor Executivo do Instituto Interamericano de Direitos Humanos; da Professora Soledad García Muñoz, Coordenadora do Escritório Regional do IIDH em Montevidéu, que este ano completou 5 anos de fundação e com quem organizo esta atividade desde sua primeira versão; e do Dr. Fernando Oliveira, Procurador Geral do Estado do Ceará. Uma referência se impõe ao Dr. Filomeno Moraes, representando o Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Unifor; à Dra. Andrea Coelho, Defensora Pública Geral do Estado; à Dra. Mariana Lobo, Secretária de Justiça e Cidadania; e ao Dr. Mauro Gurgel, da Expressão Gráfica Editora, responsável por oito primorosas publicações do curso. Ah, como gostaria de citar a todos e todas, mas tenho, sempre a meu lado, o Deus Cronos, que me adverte para não me exceder. Permitam-me, por fim, saudar minha querida esposa Ivana, sentido e norte de minha vida e dos sonhos que nela se abrigam, com quem compartilho e celebro, todos os dias, a plenitude da reciprocidade do afeto.

Dou-lhes ciência de que esta solenidade está sendo transmitida ao vivo à rede latino-americana de juízes, ao Instituto Interamericano de Direitos Humanos e ao Instituto Colombiano de Direitos Humanos, graças ao apoio de Igor Brandão, e que teremos a cobertura diária do Jornal O POVO, responsável pelo projeto “Somos todos Humanos”.

Hoje, pela manhã, deu-se início ao Curso, que se estenderá até o dia doze, com a participação de dezenas de alunos e alunas, observadores e observadoras, de vários estados da federação (em pé) e de outros países (em pé), que terão a chance de assistirem a conferências e painéis, ministrados por especialistas de diferentes nacionalidades, tendo como temática central “Igualdade e não Discriminação, a par de visitas institucionais, oficinas temáticas e um estudo de caso em que se simula o encaminhamento de uma denúncia ao sistema interamericano de proteção dos direitos Humanos.

Muitos participantes dos anos anteriores estão novamente conosco, alguns como expositores. A heterogeneidade do corpo discente é uma característica particular deste Curso, pois aqui conviverão, p. ex., advogados, juízes, promotores e procuradores de justiça, procuradores do estado, defensores públicos, jornalistas, militares, agentes penitenciários, egressos do sistema penitenciário, professores universitários, militantes dos direitos humanos e representantes da sociedade civil, formando um riquíssimo mosaico humano que contribuirá vigorosamente para o debate interdisciplinar que se fomenta numa atividade deste estirpe.

Se, por um lado, logramos replicar em nossa cidade de Fortaleza, terra de Paulo Bonavides e Raimundo Bezerra Falcão, sede do IBDH, o

Curso que se realiza há 31 anos pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos, por outro lado estamos conscientes de termos lançado a semente para que cursos outros, com o mesmo formato, possam ser oferecidos na América Latina, a exemplo da Colômbia, onde se fundou o Instituto Colombiano de Direitos Humanos, por Elkin Eduardo Gallego Giraldo, ex-aluno de 2012.

Estamos lançando o 13º número da revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos e o 8º número da revista Brasileira de Direitos Humanos da Editora Magister e do IBDH. Assumindo um compromisso firmado com Cançado Trindade, publicamos uma nova obra de sua autoria, escrita especialmente para o Curso, intitulada “A Proteção dos Vulneráveis como Legado da II Conferência Mundial de Direitos Humanos (1993-2003)”. De igual forma, trazemos a lume uma coletânea de quatro livros, em inglês, francês, espanhol e português, sobre a temática central, reunindo artigos de estudiosos de todo o mundo, que atenderam a nosso apelo. Organizada por mim e pela professora mexicana Julieta Morales Sánchez, editamos o terceiro tomo da série “Ciencias Penales y Derechos Humanos, em homenagem ao professor mexicano Antonio Sánchez Galindo. Todas essas publicações, com o selo editorial do IBDH e do IIDH, são distribuídas aos participantes do curso.

Tal como nas duas versões anteriores, o saldo remanescente na conta bancária aberta no Banco Bradesco para este evento será destinado às crianças e adolescentes, vítimas de câncer e outras doenças severas, assistidas pelo Lar Amigos de Jesus, sob a administração da Irmã Maria da Conceição Dias de Albuquerque, a quem pedimos uma salva de palmas (de pé), em louvor a uma obra meritória que transcende as fronteiras da assistência material, como expressão de fé na solidariedade que redime o homem e o aproxima do Criador.

Neste exato instante, procederemos à entrega da Medalha Antônio Augusto Cançado Trindade, outorgada anualmente a duas pessoas ou instituições que se notabilizaram na promoção dos direitos humanos. Chamamos para recebê-la o Dr. Manoel Ventura Robles, Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Pedimos ao Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade para que proceda à entrega. E, a seguir, convidamos a Dra. Andréa Coelho, Defensora Pública Geral do Estado, para que faça chegar a medalha Antônio Augusto Cançado Trindade às mãos do Dr. Carlos Weis, defensor público do estado de São Paulo.

É o momento de chamar até aqui o Desembargador Emmanuel Teófilo Furtado, membro da Diretoria do IBDH e Professor da Faculdade de Direito da UFC; o Juiz Federal Leonardo Resende Martins, Diretor do Foro da Seção Judiciária do Ceará, e o Professor Valter Moura do Carmo, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, integrantes do corpo docente, para receberem, em conjunto um reconhecimento do IBDH e do IIDH, como expressão de nosso apreço e de nosso agradecimento pelo apoio que têm dado à realização dos cursos interdisciplinares. Para se somarem a mim na entrega das placas, chamamos o Dr. Joseph Thompson, Diretor Executivo do IIDH, e a Dra. Soledad García Muñoz, Coordenadora da Oficina Regional do IIDH em Montevideu.

Convocamos, em seguida, os três alunos do II Curso Brasileiro Interdisciplinar em Direitos Humanos: Acesso à Justiça e Segurança Cidadã, realizado no ano passado, para receberam o certificado acadêmico, a que fizeram jus pela apresentação de trabalhos redigidos com observância do eixo temático e dos requisitos de forma previamente definidos: Patrícia Ubal; Marcus Pinto Aguiar e Zairton Santos.

São muitas as mulheres que aqui estão e ficaríamos encantados de homenageá-las a todas. Fá-lo-emos a três delas, a quem convidamos para receber um ramalhete de flores: a Dra. Carmela, esposa do Prof. Antônio Augusto; a Profa. Soledad García Muñoz; e a Professa Elvira, da Universidade Middlesex, de Londres. Convido a Dra. Mariana Lobo, a Dra. Andréa Coelho e a Dra. Ana Paula para entregarem essas flores que falam, em sua linguagem muda, de afeto e agradecimento.

É imprescindível pontuar que a escolha da temática central deste III Curso resultou da percepção de todos nós da indubitável atualidade e relevância das questões que dizem respeito à busca imparável da igualdade e da não discriminação no território latino-americano.

É com esta consciência que nos corresponde, neste Curso, mergulhar na exata dimensão do desafio que se encerra nesta opção e, a partir do debate, do estudo crítico e objetivo, sugerir e perseguir ações e políticas, no plano local e nacional, que sejam capazes de mitigar as profundas desigualdades existentes e concorrer para a construção de uma sociedade solidária, justa e equitativa.

Nesta linha de raciocínio, confesso-lhes que emerge, a nosso juízo, na opulência de seu

significado, um outro princípio, matriz de todos os demais, que deve orientar nossas reflexões nestas duas semanas: o da dignidade humana, um princípio absoluto, inviolável, inserido no Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos e erigido como fundamento de nossa República. É também sob sua inspiração que realizamos este Curso.

Senhoras e senhores. Como disse alhures: Estamos, afinal, diante de um enorme desafio: continuar na luta, ineludível, sem pausa nem trégua, contra os moinhos de vento da obscuridade, contra os responsáveis pela violência difusa e sem rosto, contra os defensores da barbárie, irmanados que devemos encontrar-nos na férrea defesa dos direitos humanos de todos os indivíduos, não importa sua cor, sua raça, seu sexo, sua idade, em especial os vitimizados por uma sociedade excludente; os vulneráveis; as crianças da rua, que nos fazem recordar os esquecidos de Luis Buñuel, os miseráveis de Víctor Hugo, os filhos de ninguém, os donos de nada, descritos por Eduardo Galeano; as crianças agredidas sexualmente na Nigéria, na Ucrânia e na Síria; aquelas crianças – são milhões, quase sempre invisíveis - que, nas palavras de José Emilio García Mercader, Presidente da Fundação Espanhola de Vitimologia, foram, são e serão vítimas no futuro.

Pois bem. Não obstante os cenários de desenvolvimento econômico e os bolsões de riqueza em nosso continente, persistem sabidamente as taxas elevadas de desigualdade na distribuição de renda, assim como os níveis de desemprego/subemprego e baixa escolaridade. Expostas muitas vezes a situações extremas de discriminação, de sobrevivência, submetidas à exploração e ao abuso de adultos, milhões de crianças não têm acesso à

escola e perambulam pelas ruas, sem expectativas, sem vestígios de dignidade. Num de seus votos mais famosos, afirmou o conferencista desta noite, no Caso Villagrán Morales e Outros (*Caso de los Niños de la Calle*), denúncia contra a Guatemala, recebida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no dia 15 de setembro de 1994; Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de 26 de maio de 2010: ...Um mundo que abandona suas crianças nas ruas não tem futuro; já não possibilita criar e desenvolver um projeto de vida. Um mundo que se descuida de seus anciãos não tem passado; já não participa da herança da humanidade. Um mundo que só conhece e valoriza o presente efêmero e fugaz (e, portanto, desesperador) não inspira fé nem esperança. Um mundo que pretende ignorar a precariedade da condição humana não inspira confiança. Trata-se de um mundo que já perdeu de vista a dimensão temporal da existência humana. Trata-se de um mundo que desconhece a perspectiva intergeracional, ou seja, os deveres que cada um tem com relação tanto aos que já percorreram o caminho de suas vidas (nossos antepassados) quanto aos que ainda estão por fazê-lo (nossos descendentes). Trata-se de um mundo em que cada um sobrevive em meio a uma completa desintegração espiritual. Trata-se de um mundo que simplesmente se desumanizou, e que hoje necessita com urgência despertar para os verdadeiros valores."

É hora de concluir. Talvez possamos anunciar um dia: *Habemus Justitia*. Tal como nos ensinou o dramaturgo espanhol Tirso de Molina: "uma gota continuada / rompe a mais dura pedra." Obrigado.

